

IGREJA EVANGÉLICA BATISTA DE VIRADOURO

LIÇÕES BÍBLICAS CPAD

Pr. José Antônio Corrêa

**IGREJA ELEITA - REDIMIDA PELO
SANGUE DE CRISTO**

LIÇÃO 1: CARTA AOS EFÉSIOS — SAUDAÇÃO AOS DESTINATÁRIOS, EF 1.1,2; AT 19.1-7.

INTRODUÇÃO: A Epístola aos Efésios é denominada de “a coroa dos escritos de Paulo” e ainda de “a rainha das epístolas”. Nela, o propósito eterno de Deus para a Igreja está revelado por meio de Cristo Jesus. Nesta lição, estudaremos os aspectos introdutórios e as principais abordagens doutrinárias da Epístola. Durante esse estudo, o conteúdo da Epístola deve nos levar à adoração a Deus e ao aperfeiçoamento de nossa vida cristã.

I. AUTORIA E DATA

1. Autoria. Conforme o costume da época, o autor inicia a carta declarando sua identidade: “Paulo, apóstolo de Jesus Cristo” (1.1a). O livro de Atos menciona que ele se chamava Saulo (nome hebraico), mas que também era conhecido como Paulo (At 13.9). Em hebraico “Saulo” significa “solicitado”, provavelmente uma homenagem a “Saul”, o primeiro Rei de Israel que pertencia à mesma tribo do apóstolo (At 13.21; Fp 3.5). Já Paulo significa “pequeno”, era o seu nome romano (At 22.25).

2. A assinatura apostólica. Nas treze cartas de sua autoria o Apóstolo se identifica como Paulo, nunca como Saulo. Provavelmente por considerar o nome mais apropriado para evangelizar o mundo gentílico (Rm 11.13). Outro detalhe relevante é a reivindicação de sua autoridade apostólica com a ressalva “pela vontade de Deus” (Ef 1.1), isto é, não escolhido por homens (Gl 1.1).

3. Uma epístola da prisão. A Epístola foi escrita no período em que Paulo se encontrava preso em Roma. Ele se identifica como “o prisioneiro de Jesus Cristo” (3.1), “o preso do Senhor” (4.1) e o “embaixador em cadeias” (6.20). Isso indica que era uma carta enviada do cárcere. Por essa razão, ela integra o rol das Epístolas da Prisão redigidas aos Efésios, aos Filipenses, aos Colossenses e a Filemom.

4. Data. De acordo com Atos, após realizar três viagens missionárias e implantar igrejas na região do Mediterrâneo, Paulo esteve em prisão domiciliar por cerca de dois anos (At 28.30), entre 60 e 62 d.C. aproximadamente. A partir dessa premissa, a data provável da redação da Epístola aos Efésios ocorreu por volta de 61 e 62 d.C., tendo Tíquico como o seu portador (6.21).

II. DESTINATÁRIOS

1. A cidade de Éfeso. Fundada por volta de 1050 a.C., tornou-se num centro político, comercial e religioso da Ásia Menor, atual país da Turquia. Era uma cidade litorânea, cujo porto desaguava no mar Egeu. Sua rua principal era pavimentada em mármore com colunas trabalhadas em ambos os lados. Era considerada uma metrópole com cerca de 500 mil habitantes. Tinha o maior anfiteatro do mundo, com capacidade para 25 mil espectadores. Próximo dali ficava o estádio com a pista de corridas e a arena onde ocorriam as lutas entre animais selvagens, como também entre homens e animais.

2. A religiosidade em Éfeso. A cidade abrigava o templo de Ártemis (Diana — a deusa da fertilidade), construído em mármore. A economia da cidade dependia dos milhares de turistas que a visitavam. Sua maior fonte de renda era o comércio de nichos de prata vendidos no templo, razão pela qual seus moradores ficaram alarmados com a pregação de Paulo contra a idolatria (At 19.27-29).

3. A igreja de Éfeso. Paulo evangelizou a cidade e seus arredores durante três anos (At 20.31). Quando chegou a Éfeso, o Apóstolo encontrou doze discípulos, os quais batizou nas águas e conduziu a receber o batismo no Espírito Santo (At 19.5-7). Em seguida evangelizou os judeus na sinagoga por um espaço de três meses (At 19.8). E como alguns judeus resistiram ao Evangelho, voltou-se para os gentios pregando num salão alugado na escola de Tirano (At 19.9). Em Éfeso, Deus usou Paulo poderosamente e a igreja crescia, pois até os lenços e aventais do apóstolo foram usados para curar os enfermos e expulsar demônios (At 19.12). Grandes líderes da igreja também passaram por Éfeso: Apolo ministrou ali e foi instruído por Priscila e Áquila (At 18.24-28); Timóteo também foi designado para pastorear na cidade (1Tm 1.3); e segundo Irineu (130-202 d.C.), bispo grego do primeiro século, o apóstolo João também liderou a igreja.

4. A saudação epistolar. A saudação é a mais breve dentre todos os escritos de Paulo. Ele se dirige “aos santos e fiéis em Cristo Jesus” (1.1), isto é, aqueles que foram separados e consagrados para ser a propriedade exclusiva de Deus (1Pe 2.9). Paulo os cumprimenta com as palavras “graça e paz” (1.2), uma expressão que lembra o favor gratuito e imerecido de Deus. Quanto aos destinatários, a maioria dos intérpretes considera que a Epístola era uma carta circular destinada aos cristãos de maioria gentílica das muitas igrejas da Ásia, provenientes de Éfeso, a metrópole mais importante daquela região.

III. PROPÓSITO E MENSAGEM

1. O propósito. Aparentemente a Epístola não aborda nenhum problema específico como em outras de Paulo. Porém, nos capítulos iniciais da Carta percebemos algumas ênfases que sinalizam a solução de certas questões. Por exemplo, havia novos convertidos que vinham do mundo helênico e praticavam religiões de mistérios e magia, mas que agora se reuniam com os santos de Éfeso. Não por acaso, o apóstolo Paulo mostra àqueles crentes que Cristo está no controle do universo inteiro (1.20-22). Também é possível perceber outro tipo de ênfase do apóstolo. O passado daqueles cristãos era marcado pela imoralidade e bebedeiras, mas uma vez salvos pela graça, eles deveriam adotar um novo estilo de vida em Cristo (2.1-10). Destaca-se ainda uma preocupação com a unidade e a paz entre judeus e gentios cristãos, enfatizadas pelo plano universal da redenção para ambos (2.11-18). Sob essas premissas, então, podemos considerar que uma das intenções do autor aos Efésios era a de atender às múltiplas necessidades da igreja numa perspectiva pastoral. Por isso a Carta é apontada por estudiosos como o tratado teológico sobre a Igreja, o Corpo de Cristo.

2. A mensagem. A mensagem de Efésios gira em torno de duas temáticas: Jesus Cristo, a cabeça (1.22; 4.15; 5.23); a Igreja, o corpo (1.23; 4.12; 5.30). Assim, podemos classificar os desdobramentos desses assuntos nos seguintes eixos temáticos: (1) A consumação do plano eterno de Deus na pessoa Jesus Cristo (1.3-5); (2) a atuação do Espírito Santo como o penhor da experiência de salvação (1.13,14); (3) a reconciliação dos povos por intermédio da cruz de Cristo (2.16); (4) a revelação do mistério da vontade de Deus por obra do Espírito Santo (3.5); (5) um novo estilo de vida baseado na unidade, na comunhão com o Espírito, na frutificação, na adoração e na intercessão no Espírito (4.3,30; 5.9,18,19; 6.18); os novos relacionamentos conjugais e a luta contra o Diabo (5.21 — 6.20). Portanto, a Epístola contém uma combinação de doutrina, fé e prática da vida cristã, ou seja, de tudo o quanto Deus fez e do que se espera que a Igreja faça.

CONCLUSÃO: A Epístola revela um elaborado resumo da salvação e suas implicações para a vida cristã. Seu conteúdo recorda o favor imerecido que recebemos gratuitamente da parte de Deus. Suas exortações nos impelem a viver em santidade e, alicerçados em Cristo — a cabeça da Igreja (1.22), a batalhar contra as forças das trevas.

LIÇÃO 2: A SUBLIMIDADE DAS BÊNÇÃOS ESPIRITUAIS EM CRISTO, EF 1.3,4,9-14

INTRODUÇÃO: Nesta lição vamos abordar a grandeza, a excelência e a perfeição do projeto divino para conceder bênçãos espirituais aos seus escolhidos. Desde a eternidade, aprouve a Deus executar um plano de restauração e reconciliação com a humanidade caída. Por isso que, na Carta, o apóstolo Paulo se mostra profundamente agradecido pela revelação do mistério que estivera oculto desde todos os tempos. Ele nos convida a louvar e a glorificar a Deus pela sua bondade e misericórdia para com todos os pecadores.

I. A NOVA POSIÇÃO EM CRISTO

No passado estávamos perdidos e condenados à morte eterna, mas por sua infinita graça, Deus nos outorgou em Cristo o privilégio da salvação.

1. A Doxologia. Após expor os versículos de abertura da Epístola (1.1,2), o apóstolo Paulo apresenta uma sequência de texto que se caracteriza pela verdadeira adoração e bondade ativa de Deus (1.3-14). Ele começa pela frase “Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo” (v.3), onde “bendito” significa “digno de louvor”. O apóstolo dá sequência até o versículo 14 por meio de um maravilhoso tributo ao Eterno e suas muitas bênçãos concedidas aos homens. Nesse trecho bíblico trata-se de um hino teológico de gratidão, caracterizado pela repetição do seguinte refrão: “Para louvor e glória da sua graça” (v.6) ou “para louvor da sua glória” (vv.12,14). Aquele ao qual devemos adorar está identificado na expressão “Deus e Pai de Jesus Cristo”, uma clara referência à Santíssima Trindade com ênfase na natureza divina de Jesus, seu Filho.

2. As bênçãos espirituais. Obviamente que as bênçãos espirituais não são materiais, mas provenientes dos “lugares celestiais”, isto é, do reino espiritual. Essas bênçãos são mencionadas na longa passagem de Efésios (1.3-14), tais como: Deus nos elegeu para sermos santos (1.4); predestinou-nos para sermos filhos (1.5); nos fez agradáveis para si (1.6); remiu-nos por meio do sangue de Cristo (1.7); acolheu-nos por sua vontade redentora (1.8-12); revelou-nos a Palavra da verdade (1.13a); selou-nos com o Espírito Santo da promessa (1.13b); ainda garantiu a validade da promessa (1.14). Tais bênçãos provêm de Deus, que

planejou a redenção; do Filho, que a realizou; e do Espírito Santo, que a garante. Essas bênçãos nos conduzem a exclamar como Paulo: “Bendito Seja Deus!”.

3. A nova condição. A expressão “em Cristo” significa que somos abençoados com toda bênção espiritual, a partir de Sua pessoa e obra realizada no calvário (Jo 1.3; Hb 5.9; 9.12); relaciona-se ainda com a nossa experiência de conversão a Ele (2Co 5.17). Essa nova vida é conferida somente para quem está “em Cristo”, isto é, o oposto da antiga vida “em Adão” escravizada pelo pecado (Rm 5.11-15). Desse modo, não andamos mais em trevas, mas como filhos da luz (Rm 5.8). Portanto, nossa nova posição é caracterizada pela salvação “em Cristo” e, por isso, desfrutamos de todos os benefícios advindos dessa redenção.

II. UMA VIDA CRISTOCÊNTRICA NESTE MUNDO

Embora o pecado tenha adentrado ao mundo, Deus projetou a primazia de Cristo na remissão dos pecadores e na restauração de todas as coisas para o louvor de Sua glória.

1. A revelação do mistério. A frase “descobrimo-nos o mistério da sua vontade” (1.9) sinaliza a revelação da verdade que estava oculta aos santos de Deus (Cl 1.26). Essa verdade diz respeito aos decretos eternos que Deus planejara, por sua soberana vontade, com o propósito de salvar os pecadores (Jo 3.16). Essa vontade divina é revelada segundo o seu beneplácito, isto é, de acordo com o que Lhe agrada fazer por amor e misericórdia (Rm 9.15,16; 11.32). Sua vontade foi executada conforme o seu desígnio por intermédio de Cristo para que o Filho em tudo tivesse a preeminência (Cl 1.16-20).

2. A plenitude dos tempos. Paulo revela que o plano divino é fazer convergir em Cristo todas as coisas (1.10). Isso inclui tudo o que foi criado por Cristo, para Cristo e o que subsiste em Cristo (Jo 1.1-3; Hb 1.2,3). Implica dizer que todo o universo, céus e terra estarão submissos a autoridade e soberania de Cristo (Rm 14.11; 2Co 10.5). Nesse sentido, a ruptura provocada pelo pecado de Adão é restaurada completamente em Cristo. Essa declaração não tem conotação universalista, a ideia de que no fim todos serão salvos, mas que finalmente tudo será como Deus planejou: Cristo a cabeça da Igreja e também a cabeça do Universo (1.21-23). A dispensação ou a administração desse plano será na plenitude dos tempos (1.10). Aqui, a palavra grega para “tempos” não é *chronos*, que traz uma ideia de cronologia, mas *kairos*, que se refere ao tempo divino previamente determinado para que todas as coisas estejam sob o domínio de Cristo (At 1.7).

3. Louvor da sua glória. O apóstolo enfatiza que as bênçãos são destinadas aos crentes judeus e gentios — a Igreja. Paulo muda do pronome “nós” (ele e os judeus) para o “também vós” (os gentios), indicando que em Cristo os crentes de ambos os povos são herdeiros da promessa (1.11-13). Ele ratifica igualmente que o propósito da eleição não é outro senão louvar e glorificar a Deus (1.12,14). Isso assinala não somente adorá-Lo com palavras e ações, mas também levar outros a fazer o mesmo (1Pe 2.12). Por conseguinte, tudo o que somos, fazemos ou possuímos vem de Deus, pois começa na Sua vontade e culmina na Sua glória (At 17.28).

III. O ESPÍRITO SANTO, PENHOR DA NOSSA HERANÇA

O Espírito Santo desempenha importante papel no plano de salvação idealizado por Deus Pai.

1. O selo do Espírito Santo. Aquele que ouve a Palavra de Deus — o Evangelho da Salvação — e que por meio da fé, se rende a Cristo, recebe o selo do Espírito Santo no momento da conversão (Tt 3.5-7). Nos tempos bíblicos, o selo era usado como sinal de propriedade e posse pessoal. Ao conceder o Espírito Santo ao crente, Deus identifica os que pertencem a Cristo, pois o Espírito testifica daqueles que são filhos de Deus (Rm 8.9,15,16) e o Maligno não lhes toca (1Jo 5.18). Assim, a terceira pessoa da Santíssima Trindade tem o papel fundamental de regenerar, purificar e santificar o pecador (1Co 6.11). Ele é quem convence o ser humano do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16.7,8); e que também produz no crente o verdadeiro relacionamento com Deus por meio do fruto do Espírito (Gl 5.22,23).

2. O penhor da nossa herança. O termo grego *arrabon* pode ser traduzido como “depósito”, “penhor”, “garantia” ou ainda “primeira parcela” (1.14). A palavra tem origem semítica e era usada nas transações comerciais para assegurar o preço ou garantir o pagamento de algo. Paulo ensina que o Espírito Santo é o depósito que garante a nossa herança em Cristo (2Co 1.21,22). Tudo isso significa que aquele que tem o selo do Espírito Santo tem a salvação garantida (1.14). Isso não quer dizer que o crente está salvo para sempre, independente de sua conduta, mas que a redenção está validada aos eleitos em Cristo que permanecem fiéis (Mt 24.13).

CONCLUSÃO: Nessa porção da Epístola aos Efésios o plano divino revelado resulta na reconciliação do ser humano com Deus por meio de Cristo e na restauração de todas as coisas visíveis e invisíveis. Ambos

os propósitos devem redundar em louvor e glória ao Deus Eterno. Na plenitude dos tempos todo o desígnio divino estará plenamente executado.

LIÇÃO 3: ELEIÇÃO E PREDESTINAÇÃO, EF 1.4-12

INTRODUÇÃO: A eleição e a predestinação são termos importantes na compreensão da doutrina da salvação. Esses vocábulos ligados entre si elucidam o plano divino de salvar os pecadores. Nesta lição abordaremos os conceitos bíblicos e a interpretação pentecostal referente à eleição e à predestinação.

I. ELEITOS PARA UMA VIDA SANTA E IRREPREENSÍVEL

A dádiva da eleição precede a nossa existência. Antes da fundação do mundo, Deus planejou salvar e capacitar para uma vida de santidade os que Ele elegeu de antemão.

1. A Eleição divina. Eleição traz a ideia de escolha. Aos Efésios (1.4), Paulo menciona três aspectos dessa escolha: (1) Em quem fomos escolhidos? Em Jesus, por isso ela é Cristocêntrica; (2) Em que tempo se deu essa escolha? O tempo é dito como “antes da fundação do mundo”; (3) E qual a finalidade? Para que fôssemos “santos e irrepreensíveis”. Donald Stamps, editor da Bíblia de Estudos Pentecostal, afirma que a eleição de pessoas ocorre somente em união com Jesus Cristo e que ninguém é eleito sem estar unido a Cristo pela fé. Nossa Declaração de Fé assevera que Deus elegeu a Igreja desde a eternidade, antes da fundação do mundo, segundo a sua presciência (1Pe 1.2).

2. As condições da eleição. A Bíblia de Estudo Pentecostal ensina que a eleição para a salvação em Cristo é oferecida a todos (Jo 3.16; 1Tm 2.4-6), e torna-se uma realidade para cada pessoa de acordo com seu prévio arrependimento e fé (2.8; 3.17). Entretanto, esse meio não é meritório e ninguém pode cumpri-lo sem a graça de Deus. Desse modo, fomos eleitos por iniciativa divina por causa da graciosa Obra de Cristo e não pelas nossas obras (2.8-9).

3. Vida Santa e irrepreensível. Paulo enfatiza que a eleição tem a finalidade específica de sermos “santos e irrepreensíveis diante dele” (1.4). Nesse aspecto, o vocábulo grego *hagios* (santo) significa “separado do pecado” (1Pe 1.15,16); o adjetivo grego *amōmos* (irrepreensível) expressa algo “sem defeito” ou “inculpável” (Fp 2.15). Os termos apontam para a santificação, isto é, o mais alto padrão ético e moral de vida para agradar a Deus, que nos elegeu em Cristo (5.1-3).

4. A nova vida dos eleitos. O tema é apresentado com exortações contra a velha conduta, tais como: mentira, furto, palavras torpes, amargura, ira e cólera (4.22,25, 28,29,31). E ainda severas advertências contra a fornicção, impureza, avareza e embriaguez (5.3,15,18). A finalidade é apresentar a Deus uma “igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga... mas santa e irrepreensível” (5.27). Não obstante, somente o Espírito Santo capacita o crente para esse novo estilo de vida (Gl 5.22-25). Trata-se, portanto, de um processo contínuo de santificação até a glorificação final no dia de Cristo (2Co 3.18).

II. PREDESTINADOS PARA FILHOS DE ADOÇÃO

A palavra “predestinar” mostra que o destino dos eleitos foi feito na eternidade.

1. A predestinação. O termo grego *proorizō*, traduzido como predestinar (1.5a), é formado pelo vocábulo *orizō* que significa “determinar” e pela preposição *pro* que indica algo feito “antes”, ou seja, predestinar significa literalmente “determinar antes”. A Bíblia de Estudo Pentecostal esclarece que a predestinação se aplica aos propósitos de Deus inclusos na eleição. Que a eleição é a escolha feita por Deus, “em Cristo”, de um povo para si mesmo (1.4), e que a predestinação abrange o que acontecerá ao povo escolhido por Deus (1.5). Por conseguinte, nossa Declaração de Fé ensina que a predestinação dos salvos é precedida pelo conhecimento prévio de Deus daqueles que diante do chamamento do Evangelho recebem a Cristo como seu Salvador pessoal e perseveram até o fim (Rm 8.29,30). Logo, foi vontade de Deus reconciliar os pecadores e torná-los seus filhos (1.5b).

2. Filhos por adoção. Paulo é o único escritor do Novo Testamento que emprega o termo “adoção” (Rm 8.15,23; 9.4; Gl 4.5; Ef 1.5). Essa prática não fazia parte do sistema legal judaico, mas era comum entre os romanos e perfeitamente conhecida entre os gregos. Assim, o apóstolo enfatiza que foi agradável a Deus inserir, no plano da salvação, a adoção dos eleitos como filhos “segundo o beneplácito da sua vontade” (1.5b). Ele ainda assinala que o amor foi o que moveu o Pai a nos adotar (2.4,5). Se noutro tempo éramos estranhos e inimigos de Deus, agora estamos reconciliados com Ele em Cristo e somos Seus filhos (Cl 1.21; Rm 8.17). Essa posição nos é imerecida, contudo, aprouve ao Pai fazê-la assim (Mt 11.26).

3. Os privilégios da adoção. Deus criou o ser humano para estar em comunhão com Ele, mas o pecado rompeu com essa dádiva (Gn 1.26; 3.23,24). Entretanto, em Cristo, o Pai reconciliou-se com os homens, adotando os escolhidos (1.5). Nesse sentido, o apóstolo Paulo usa uma analogia da adoção na sociedade romana, em que o filho adotado recebia o direito ao nome e aos bens de quem o adotava. Igualmente, na

filiação divina, Deus predestinou as bênçãos de um novo nome e de uma nova imagem — a imagem de Cristo — aos eleitos (Rm 8.29; Ap 2.17). Então, Deus concede a redenção e a remissão de pecados (1.7,8) e restabelece a comunhão com o pecador, dando-lhe o direito de clamar “Aba, Pai” (Gl 4.6), isto é, o direito de ter intimidade com o Pai. Isso significa que passamos a ser herdeiros de Deus e coerdeiros de Cristo (Rm 8.17), das promessas a Abraão (Gl 3.29) e da vida eterna (Ef 3.6; Tt 3.7). Tendo sido aceitos por Deus, fomos transformados em filhos para Seu louvor e glória (1.6).

III. A SUBLIMIDADE DO PROPÓSITO DIVINO NA PREDESTINAÇÃO

A excelência da predestinação está na provisão de bênçãos espirituais aos eleitos pela vontade divina em Cristo e por seu incalculável amor.

1. Predestinação e salvação. O Soberano Deus não predestinou incondicionalmente pessoa alguma à condenação eterna, mas deseja que todos se arrependam e convertam-se de seus maus caminhos (At 17.30). Nas seis vezes que a palavra aparece no Novo Testamento (At 4.28; Rm 8.29,30; 1Co 2.7; Ef 1.5,11), nenhuma delas faz referência a condenação de pecadores. Portanto, não houve uma dupla predestinação em que Deus decretou e escolheu que uns vão para o céu e outros para o inferno. Nossa Declaração de Fé assevera que a predestinação bíblica diz respeito apenas à salvação, sendo condicionada ao arrependimento e à fé em Cristo Jesus segundo a presciência divina (1.4,5; 1Pe 1.2).

2. Predestinação e o amor. Antes de Deus criar qualquer coisa, o seu plano de redimir a humanidade e de definir o destino dos crentes estava estabelecido (1.4,5). Por conseguinte, a Bíblia mostra que a redenção divina não foi uma medida de emergência; ao contrário, era o plano imutável do amor de Deus desde sempre (2Ts 2.13; 2Tm 1.9). Aqui consiste a sublimidade dos propósitos eternos em prover a salvação: o amor de Deus (Jo 3.16, 1Jo 4.10,19). Foi por amor que Ele nos elegeu e nos predestinou em Cristo (Rm 8.29, Ef 1.4,5). Isso implica dizer que a salvação, como “favor imerecido”, provém do amor de Deus (2.4,8). Não obstante, os que se achegam a Cristo não são coagidos, mas atraídos a Ele (Jo 12.32).

CONCLUSÃO: Cristo morreu por todos e por cada um dos pecadores. Desde a eternidade, segundo a sua presciência, em Cristo, Deus elegeu e predestinou os que creriam e perseverariam na fé a viver em santidade, receber a filiação divina e a desfrutar de todas as bênçãos espirituais divinamente estipuladas.

LIÇÃO 4: A ILUMINAÇÃO ESPIRITUAL DO CRENTE, EF 1.15-23

INTRODUÇÃO: Ainda no primeiro capítulo, o apóstolo Paulo inicia uma longa sentença assim dividida: ação de graças (1.15,16), oração intercessora (1.17-19) e confissão de louvor e exaltação (1.20-23). Nessa sentença somos exortados a louvar ao Senhor pela nossa eleição, buscar a iluminação do Espírito para compreender a dimensão de nossa chamada e herança divina, bem como entender a grandeza do poder de nosso Deus.

I. A ESPERANÇA DA VOCAÇÃO E AS RIQUEZAS DA GLÓRIA

O apóstolo ensina que os salvos precisam ser iluminados para compreenderem quais são a esperança da vocação e as riquezas da glória da sua herança.

1. Ação de graças e intercessão. O apóstolo se alegra em dar graças a Deus pela vida dos eleitos (1.16) e por todas as bênçãos espirituais recebidas, tais como: a eleição, a predestinação, a filiação e o dom do Espírito Santo (1.3-14). Ele intercede para que seja concedido aos seus leitores “o espírito de sabedoria e de revelação” (1.17). Paulo estava ciente de quão maravilhoso é o Evangelho, mas ao mesmo, de quão impossível é alguém perceber a glória dessas boas novas sem ser ensinado por Deus (1Co 2.14,15). Por isso, ele rogava para que os crentes recebessem a capacidade de compreenderem, por meio do Espírito Santo, a esperança da chamada, as riquezas da herança e a grandeza do poder de Deus (1.18,19).

2. A esperança da vocação. Em sua petição a Deus, Paulo intercede para que o Espírito Santo ilumine os crentes a fim de saberem “qual seja a esperança da sua vocação” (1.18). Assim, eles seriam capazes de experimentar e conhecer profunda e espiritualmente os privilégios de serem vocacionados. Podemos dizer que tal esperança divide-se em pelo menos três aspectos: a) Deus chamou pessoas no passado (2Tm 1.9), ou seja, uma chamada em que Ele teve a iniciativa por meio da eleição em Cristo, da qual fazemos parte (1.3-14); b) a chamada abrange serviço e santificação no presente (Fp 3.14), isto é, achar-se irrepreensível, viver em comunhão e andar de modo digno (1.4; 2.11-18; 4.1); c) a participação gloriosa no futuro (5.27), que compreende a vida eterna e a esperança de conhecer Deus face a face (1Co 13.12).

3. As riquezas da glória da sua herança. Na oração, o apóstolo pede para que os crentes entendessem “as riquezas da glória da sua herança” (1.18). A expressão “sua herança” enfatiza o que Deus deu aos seus eleitos (Cl 1.12). Já o termo “riquezas” refere-se às maravilhosas bênçãos que acompanham o plano

da salvação, tais como: o perdão dos pecados, a adoção de filhos e as bênçãos que serão desfrutadas no porvir (Cl 1.27; 1Pe 1.4,5), como por exemplo: vermos a Deus, a Cristo e O adorarmos (Ap 22.3,4). Sim, no dia aprazado, os fiéis estarão reunidos nas bodas do Cordeiro (Ap 19.7-9). Então, os salvos tomarão posse da herança preparada desde a fundação do mundo (Mt 25.34).

II. A SOBRE-EXCELENTE GRANDEZA E FORÇA DO PODER DIVINO

O poder divino é imensurável e nada pode detê-lo. Em sua Carta, Paulo se esmera no esforço de traduzir a grandiosidade e a eficácia desse poder que opera em favor dos crentes.

1. A sobre-excelente grandeza do seu poder. O apóstolo orou para que os salvos pudessem entender a “sobre-excelente grandeza do poder de Deus” (1.19). Perceba que a palavra “sobre-excelente” é traduzida do grego *uperballō*, que na forma adjetivada significa “extraordinário” (2Co 4.7). Já a expressão seguinte, *megethos* (grandeza), objetiva enaltecer a magnitude do poder de Deus que a tudo sobrepuja (Mt 26.64). O termo *dunamis*, aqui traduzido por “poder”, indica feitos miraculosos que requerem força “fora de medida” (At 8.13). Logo, a repetição desses termos indica que apenas o maior de todos os poderes é capaz de realizar a transformação e a salvação do homem (2Pe 1.4); e que somente um poder tão grande assim pode operar e concretizar as bênçãos inclusas na “esperança da vocação” e nas “riquezas da herança” (1.18).

2. A força do poder divino. Na sentença “segundo a operação da força do seu poder” (Ef 1.19), o apóstolo faz uso de três vocábulos gregos concordes entre si. Primeiro, a palavra “operação”, que é a tradução de *energeia*, e também significa “eficácia”, sinalizando a ideia de “poder em atividade” (Cl 1.29). Segundo, a expressão “força” vem do termo *kratos*, que traz a ideia de “intensidade”. E, finalmente, *ischus*, que indica o “poder inerente” de Deus (Jo 1.12; 2Pe 2.11). A associação desses conceitos revela o poder potencial de Deus que, inerente à sua natureza divina, opera em favor dos que creem. Para aprofundar essa impressionante descrição, Paulo apresenta três exemplos irrefutáveis da força desse poder: (1) A ressurreição de Cristo; (2) sua ascensão à direita de Deus nos céus (1.20); e (3) sua elevação acima de todo o domínio (1.21,22).

III. CRISTO: NOSSO EXEMPLO DE EXALTAÇÃO

Nesse ponto veremos três aspectos da exaltação de Cristo que atestam a grandiosidade do Poder de Deus disponível também aos crentes.

1. Cristo: As primícias dos que dormem. Paulo enfatiza que o poder de Deus se “manifestou em Cristo, ressuscitando-o dos mortos” (1.20). De fato, o Novo Testamento descreve a ressurreição de Cristo como obra do poder de Deus Pai (At 2.24; 3.26; 17.31). Ao ressurgir dentre os mortos, Cristo foi feito as primícias dos que dormem (1Co 15.20-22). Assim sendo, a ressurreição de Jesus é a garantia de que seremos ressuscitados (1Ts 4.14). O mesmo poder que ressuscitou a Cristo está disponível também aos salvos (2.6). Desse modo, os crentes vencerão a morte e se erguerão gloriosamente de seus sepulcros para reinarem com Cristo eternamente (Jo 5.28,29; Fp 3.20,21).

2. Cristo elevado à direita de Deus. Paulo reforça o poder de Deus quando da elevação de Cristo ao trono: “Pondo-o à sua direita nos céus” (1.20). Aqui está em foco a ascensão de Cristo em referência a promessa messiânica (Sl 110; At 1.6). O grau de exaltação para uma posição de honra e autoridade indica o completo triunfo de Cristo sobre o pecado e as forças do mal (Fp 2.9-11; Cl 2.15). Esse triunfo também está assegurado aos salvos (1Co 15.56,57) e endossa nossa participação na vida celestial, conforme indica a expressão “nos fez assentar nos lugares celestiais” (2.6). Assim, tanto a ressurreição como à ascensão de Cristo são obras do poder do Pai.

3. Cristo exaltado sobremaneira. Nesse ponto, Paulo ensina que o poder de Deus exaltou Cristo “acima de todo o principado, e poder, e potestade, e domínio, e de todo o nome que se nomeia” (1.21). Significa que Ele foi exaltado acima de toda eminência do bem e do mal e de todo título que se possa conferir nessa era e também no porvir. O resultado desse triunfo traz duplo benefício para a Igreja: primeiro, que Deus fez Cristo o cabeça da Igreja (1.22); e, segundo, que Deus designou a Igreja para ser a expressão plena de Cristo (1.23). Isso significa que nenhum poder pode prevalecer contra a Igreja do Senhor (Mt 16.18).

CONCLUSÃO: Embevecido com as bênçãos espirituais, Paulo mantém adoração contínua ao Eterno Deus, atitude que deve ser seguida por todos os salvos. A compreensão das dádivas da salvação demonstra o excelso valor daquilo que Deus fez por nós. Seus atos poderosos viabilizam a transformação e a glorificação dos que creem. Aleluia!

INTRODUÇÃO: A presente seção da Epístola aos Efésios apresenta relevantes aspectos doutrinários da salvação (2.1-10). Nela, o apóstolo descreve a libertação dos pecados como um favor imerecido dado por Deus aos salvos, a fim de que eles desfrutassem de uma nova vida em Cristo.

I. A ANTIGA NATUREZA MORTA EM OFENSAS E PECADOS

No início da Epístola, o apóstolo Paulo lembra que antes da regeneração estávamos mortos em ofensas, pecados e éramos por natureza “filhos da ira” (2.1-3).

1. Nossa condição anterior. “E vos vivificou, estando vós mortos em ofensas e pecados” diz o primeiro versículo. A palavra “ofensa”, do grego *paraptoma*, tem o sentido de “passo em falso de forma deliberada”. O termo para pecado é *hamartia*, o qual descreve como “aquele que erra o alvo”. Em vista disso, o homem em sua natureza decaída é diagnosticado como “morto” (2.1), ou seja, uma declaração da real condição das pessoas sem Deus. O conceito é de morte moral e espiritual provocada pelo pecado, que inevitavelmente separa o homem de Deus (Is 59.2; Tg 1.15). Tal qual um corpo inerte, a natureza pecaminosa impede o homem de ouvir e obedecer à voz de Deus. Quem assim vive está morto enquanto “vive” (1Tm 5.6).

2. Nossas ofensas e pecados. A má conduta “em que, noutro tempo, andastes” é descrita por Paulo por meio da metáfora do ato de “andar” (2.2a). Refere-se às atitudes erradas adotadas na vida passada do salvo antes da regeneração:

2.1. “Andastes, segundo o curso deste mundo” (2.2b). Os costumes eram praticados conforme o sistema mundano da época, tais como: a imoralidade, o furto e a mentira (4.22-32). Uma constatação de que o salvo não deve tomar a forma do mundo, relativizar o pecado e muito menos ajustar-se à maneira de viver de seu tempo (Rm 12.2).

2.2. “Andastes, [...] segundo o príncipe da potestade do ar” (2.2c). Uma alusão a Satanás que exerce autoridade sobre os poderes do mal (Jo 12.31). Indica que os agentes malignos têm a capacidade de influenciar os homens desobedientes e incrédulos (2Co 4.4). Mais adiante na Carta, Paulo alerta que a nossa luta é contra tais seres do mal (6.12). Contudo, não é necessário temer, pois Deus exaltou Cristo acima de todos eles (1.21).

2.3. “Andávamos fazendo a vontade da carne e dos pensamentos” (2.3). Refere-se à inclinação para fazer o mal, algo inerente à natureza humana (Gn 6.5). Estão incluídos aqui os pensamentos pervertidos e a prática de todos os desejos desordenados da carne. Como resultado, éramos “filhos da ira”, isto é, condenados e desprovidos do favor divino. Paulo sublinha que essa era a nossa condição (4.18). Entretanto, aprouve ao Pai nos eleger e nos predestinar para “filhos de adoção” (1.5).

II. VIVIFICADOS PELA GRAÇA

Por ato de bondade e misericórdia, estando nós ainda mortos em pecados, Deus imensamente nos amou e, por isso, nos vivificou por meio de sua graça.

1. Alcançados pela misericórdia e pelo amor divino. Após constatar a situação da humanidade “sob a ira de Deus” (2.3), Paulo passa a descrever os atos divinos de amor e de misericórdia que alteraram o quadro caótico da raça humana. Começando com uma conjunção adversativa, o apóstolo declara exultante: “Mas Deus, que é riquíssimo em misericórdia, pelo seu muito amor com que nos amou” (2.4). O ato de misericórdia implica compaixão e simpatia para com os indignos (Rm 11.30-32). A Carta aos Efésios ensina que, ao prover à humanidade o meio de escape da merecida ira (cf. 1.7), Deus não se mostra apenas misericordioso, mas “abundante em misericórdia”. E essa riquíssima misericórdia procede do “seu muito amor com que nos amou”. A Bíblia enfatiza que foi a magnitude desse amor que motivou a nossa salvação (Jo 3.16; 1Jo 4.9).

2. Vivificados por sua graça. Descrevendo as dádivas divinamente concedidas aos salvos, o apóstolo enfatiza que o amor de Deus nos alcançou “estando nós ainda mortos em nossas ofensas” (2.5a). Isso significa que não éramos merecedores desse amor, mas que, mesmo assim, Deus “nos vivificou juntamente com Cristo” (2.5b). Essa frase quer dizer que nascemos de novo (Jo 3.3). Não estamos mais mortos, pois Cristo nos deu vida outra vez. Fomos vivificados sem mérito algum, tudo foi efetivado por meio da sua graça, o favor imerecido (2.8,9).

3. Exaltados por sua graça. O apóstolo dos gentios ainda destaca que o poder de Deus “nos ressuscitou juntamente com ele, e nos fez assentar nos lugares celestiais, em Cristo” (2.6). Observe que a palavra “juntamente” indica que Deus concede ao homem os mesmos benefícios alcançados por Cristo: a ressurreição, a vida eterna e o galardão nos céus (1Co 15.3-8,20-25). Assim, ao conceder tais bênçãos aos homens, Deus mostrou as “abundantes riquezas da sua graça” (2.7). Desse modo, ratificamos que a salvação e seus privilégios são conferidos pela imensurável graça de Deus, o favor divino imerecido.

III. A SALVAÇÃO NÃO VEM DAS OBRAS

Em Efésios 2.8-10, Paulo revela que a salvação não depende de obras humanas, “porque pela graça sois salvos, por meio da fé” (2.8a). Porém, uma vez salvo, o crente deve praticar as boas obras.

1. Graça como meio de salvação. A “salvação” inclui a libertação da morte, da escravidão do pecado e da ira vindoura; ao mesmo tempo permite ao salvo desfrutar de todas as bênçãos espirituais descritas em Efésios 2.1-7. Portanto, a salvação é o livramento do poder da maldição do pecado e da morte; e a restituição do homem à comunhão com Deus, uma bênção concedida a todos que recebem Cristo como Salvador (Hb 2.15; 2Co 5.19). A palavra “graça” é a tradução do grego *charis*, que significa “favor imerecido” (Rm 3.24). Ela mostra que a iniciativa para tornar possível a salvação veio da parte Deus. É por meio da graça que Deus ativa o livre-arbítrio e capacita o pecador para que responda com fé ao chamado do Evangelho (Rm 11.6). Todavia, ainda assim o ser humano é livre para escolher entre dois caminhos (salvação e perdição); sua liberdade não foi eliminada e a graça pode ser resistida (Jo 7.17). A “fé” deve ser considerada como a aceitação da obra realizada por Cristo em nosso favor. Ela é a resposta à graça de Deus através da qual recebemos a salvação.

2. Obras como evidência de salvação. Aqui Paulo usa duas negações para endossar a origem da salvação: a primeira expressão “isso não vem de vós” (2.8b) trata da salvação pela graça que provém de Deus; a segunda ratifica que a salvação “não vem das obras”, o que indica não se tratar de recompensa de algum ato humano. Essas afirmações excluem a possibilidade de alguém ser salvo por esforço pessoal. Como a salvação é uma realização divina, agora “somos feita sua, criados em Cristo para as boas obras” (2.10). Uma transformação ocorreu: Agora em Cristo somos uma nova criatura e as coisas velhas passaram (2Co 5.17). Por isso, se antes o apóstolo usou a metáfora do andar numa perspectiva negativa — “outro dia andávamos fazendo obras más” (2.2-3) — agora, por meio de uma perspectiva positiva, somos instados a “andar fazendo boas obras”, não como meio para ser salvo, mas como a evidência da salvação (2.10c).

CONCLUSÃO: Antes da regeneração éramos “filhos da ira” e condenados à perdição eterna. Por ato do amor divino, por meio de sua maravilhosa graça, nos tornamos “filhos por adoção”. Essa gloriosa salvação nos foi concedida independente de nossas obras. A partir da salvação passamos a praticar boas obras que glorificam a Deus nosso Pai (Mt 5.16).

LIÇÃO 6: A CONDIÇÃO DOS GENTIOS SEM DEUS, EF 2.11,12; RM 4.12-14

INTRODUÇÃO: Na presente lição, veremos que o autor de Efésios lembra aos gentios de que, antes da regeneração, eles eram incircuncisos e haviam experimentado cinco formas de privação: estavam sem Cristo, separados de Israel, alienados quanto à promessa, sem esperança e sem Deus no mundo (2.11,12). Logo, estudaremos cada um desses aspectos.

I. CHAMADOS INCIRCUNCISÃO

Na era antes de Cristo, além de mortos espiritualmente, os gentios eram desprezados pelos judeus e identificados como incircuncisos (2.11).

1. O conceito de circuncisão. Circuncisão é a remoção cirúrgica do prepúcio do órgão sexual masculino. Era prescrito na lei como o sinal externo de quem pertencia ao povo da aliança com Deus (Gn 17.10,11). O procedimento era realizado no oitavo dia de vida dos nascidos em Israel ou estrangeiros comprados a dinheiro (Gn 17.12). Quem não era circuncidado era tido como “incircunciso” e, portanto, excluído da aliança (Gn 17.14). A circuncisão tornou-se um sinal que distinguia os judeus dos demais povos gentílicos.

2. O significado religioso da circuncisão. Seu significado religioso apontava para a santificação (Êx 19.5,6). Como a corrupção e as práticas idólatras estavam fortemente relacionadas com a sexualidade depravada, a circuncisão simbolizava a aliança de purificação requerida ao povo escolhido (Jr 5.7; Os 4.14; Gl 5.19). Era algo tão sério que os judeus recusavam-se até mesmo a comer com os incircuncisos (At 11.3).

3. A circuncisão do coração. O apóstolo reconhece que os gentios não faziam parte da circuncisão, mas com uma ressalva: o sinal dos judeus era apenas físico e realizado por mãos humanas (2.11b). A boa nova que Paulo traz é a de que a verdadeira circuncisão não se tratava de uma operação externa na carne realizada pelos homens, mas a que foi feita “no interior, a que é do coração [...] cujo louvor não provém dos homens, mas de Deus” (Rm 2.29). Assim, em Cristo, o sinal de quem pertence a Deus não é a circuncisão nem a incircuncisão, mas sim “o ser uma nova criatura” (Gl 6.15).

4. A circuncisão na Nova Aliança. O assunto da circuncisão gerou discussões acaloradas entre judeus e gentios (Gl 5.2,3; Fp 3.2). Em Antioquia a questão ganhou muita dimensão, provocou intensos debates e culminou na convocação do Primeiro Concílio da Igreja em Jerusalém (At 15.1,2,5,6). A deliberação dos apóstolos sobre o assunto, sob a orientação do Espírito Santo (At 15.28,29), passou a enfatizar que na nova aliança “a circuncisão somos nós, que servimos a Deus no Espírito, e nos gloriamos em Jesus Cristo, e não confiamos na carne” (Fp 3.3).

II. ESTRANHOS AO CONCERTO DA PROMESSA

Nessa parte, o apóstolo Paulo aponta a situação dos gentios: “Naquele tempo estáveis sem Cristo, separados da comunidade de Israel e estranhos aos concertos da promessa” (2.12).

1. Uma vida sem Cristo. Ao descrever a história passada dos gentios, o apóstolo traz à memória que “naquele tempo”, isto é, antes da regeneração, eles viviam imersos no paganismo e, portanto, “sem Cristo”. Isso indica que a religiosidade dos gentios era incapaz de inseri-los na promessa messiânica de salvação (Jo 4.22). Também significa que eles desconheciam a Cristo, como também eram indiferentes às promessas acerca dele e de sua obra (Hb 8.8-10).

2. Separados da comunidade de Israel. Ainda no versículo 12 o apóstolo salienta a desvantagem de os gentios não pertencerem à comunidade de Israel (2.12). Eles estavam excluídos não só dos símbolos externos, mas também não faziam parte do povo escolhido, e, conseqüentemente, não podiam usufruir dos privilégios da aliança de Abraão (Rm 9.4). A constatação cruel era a de que Deus não havia se revelado aos gentios, pois a chamada divina fora feita somente a Abraão e a sua descendência (Gn 17.17). Nessa perspectiva, a lei e as promessas pertenciam somente aos judeus e, desse modo, os gentios estavam fora do alcance das bênçãos prometidas a Abraão, a Isaque e a Jacó (Mt 22.32). Entretanto, o que os gentios precisavam saber era que por meio de Cristo, eles também se tornariam descendência de Abraão (Gl 3.29).

3. Alienados aos pactos das promessas. Uma vez separados da comunidade de Israel, os gentios desconheciam totalmente os vários pactos que Deus estabelecera com os patriarcas israelitas. Esses pactos giravam em torno da grande promessa do advento do Messias (At 13.32-37). Dentre eles: o “pacto abraâmico” (Gn 12.1-3), o “pacto mosaico” (Dt 28.1-14) e o “pacto davídico” (2Sm 7.13-16). Esses pactos eram reiteraões da promessa messiânica. Os gentios não tinham noção deles e, por conseguinte, estavam alienados de qualquer promessa ou esperança messiânica. Agora, uma vez regenerados em Cristo, é revelada a grandeza do amor divino. De alienados da promessa, por meio do sangue de Jesus, os gentios tornaram-se herdeiros da maravilhosa promessa (Gl 3.29).

III. SEM ESPERANÇA E SEM DEUS

Agora Paulo passa a descrever a situação dos gentios que viviam “não tendo esperança e sem Deus no mundo” (2.12).

1. Desprovidos de esperança. A palavra esperança traz a ideia de “confiança” e, nas Escrituras, o seu principal uso está ligado à confiança nas promessas divinas (Sl 130.5; Jr 17.7). Podemos afirmar que os gentios eram desprovidos dessa esperança por causa de parte da filosofia grega, que descartava a possibilidade de uma vida além-túmulo (At 17.18,32), e que, conseqüentemente, pudesse ser ditosa. Além dessa questão, embora Deus tivesse decretado incluir os gentios no plano da salvação, eles mesmos ignoravam essa promessa, e, por isso, não tinham em que sustentar qualquer esperança (1Co 9.10). Como a esperança é a âncora para a alma, os gentios desprovidos dela padeciam de medo e incertezas (Hb 6.18,19; 2Co 7.10). Por conseguinte, a falta de esperança e de paz revelava a ausência de Deus.

2. Sem Deus no mundo. A expressão “sem Deus” não significa que os gentios não serviam ou não acreditavam numa divindade (1Co 8.4; Gl 4.8). Ao contrário, eles eram politeístas e idólatras, pois acreditavam e adoravam a muitos “deuses”. Assim, por meio de seu paganismo, estavam alienados do Deus que havia se revelado a Israel (Êx 19.1-16). Isso significa dizer que suas vidas eram regidas pela falsa ideia de divindades pagãs que as mantinham escravizadas em densas trevas espirituais. Trata-se de uma descrição de um quadro calamitoso. Entretanto, e felizmente, esse quadro foi alterado pela intervenção dos desígnios eternos do verdadeiro Deus (Jo 17.3).

CONCLUSÃO: Noutro tempo éramos incircuncisos e estávamos excluídos da aliança com Deus. Separados de Cristo e de Israel vivíamos alienados ao concerto da promessa, desesperançados e longe de Deus. Um dia, porém, a magnitude do amor divino circuncidou os nossos corações, aproximou-nos de Cristo e de Israel, incluiu-nos na esperança da promessa e revelou a nós o único e verdadeiro Deus. Bendito seja o seu santo nome para sempre!

LIÇÃO 7: CRISTO É A NOSSA RECONCILIAÇÃO COM DEUS, EF 2.14-19

INTRODUÇÃO: Se na lição anterior, analisamos o antigo quadro desolador acerca dos gentios, em que o apóstolo Paulo descreveu (2.11,12), nesta veremos que houve uma significativa mudança na sequência do capítulo dois. No versículo 13 Paulo usa a expressão adversativa “mas agora” para indicar que algo aconteceu e alterou a situação dos gentios. Ele explica que essa mudança repousa na Obra que Cristo realizou: “vós, que antes estáveis longe, já pelo sangue de Cristo chegastes perto” (2.13). Na presente lição estudaremos os desdobramentos dessa mudança.

I. CRISTO DESFEZ A INIMIZADE ENTRE OS HOMENS

O exclusivismo religioso criou inimizade entre judeus e gentios. Nesse ponto veremos o que Cristo fez para dar fim a esse litígio entre os homens (2.14,15).

1. A parede de separação entre os homens. Trata-se de uma analogia com as muralhas do templo em Jerusalém. A estrutura da construção revela o exclusivismo religioso do Judaísmo. Entre o santuário e o átrio dos gentios havia um muro de pedra com a proibição de acesso aos estrangeiros. O extremismo judaico quanto a esse aspecto levou Paulo à prisão quando ele foi acusado de permitir um grego ultrapassar essa barreira (At 21.28-30).

2. A derrubada da parede da separação. O apóstolo declara que em Cristo foi derrubada “a parede de separação que estava no meio” (2.14b). Essa barreira era tanto literal como espiritual, mas por mérito da cruz de Cristo a divisória foi rompida. Assim, não somos mais forasteiros, mas somos da família de Deus, temos acesso à presença do Pai (2.18) e, pelo sangue de Cristo, temos livre entrada no santuário de Deus (Hb 10.19).

3. O conceito da lei dos mandamentos. A compreensão desse conceito repousa na visão tripartida da lei mosaica: a moral, a cerimonial e a civil, que na verdade são três esferas da mesma lei. A lei civil diz respeito ao israelita como cidadão. A lei moral permanece em vigor como padrão de conduta, mas não como meio de salvação (2.8,9). A lei cerimonial é citada como sendo a “circuncisão”, “sacrifícios”, “comida e bebida”, “dias de festas, lua nova e sábados” (Cl 2.11,16). Esses ritos identificavam a posição do povo judeu diante de Deus e demonstrava a hostilidade deles para com os gentios.

4. A revogação da lei dos mandamentos. A eliminação das barreiras que dividiam judeus e gentios se deu pela revogação da “lei dos mandamentos, que consistia em ordenanças” (2.15b). Essa revelação não contradiz o que Jesus disse: “não vim para revogar, mas cumprir a lei” (Mt 5.17 — NAA). Visto que, ao entregar seu corpo para ser crucificado, Cristo cumpriu a Lei oferecendo-se como sacrifício em favor de ambos os povos (Hb 7.27). Desse modo, a revogação aqui aludida é a da lei cerimonial, que resultava em separação entre judeus e gentios. O ato de Cristo, oferecido a Deus em cheiro suave, aboliu a necessidade dessas ordenanças ritualísticas e assim a inimizade foi desfeita (5.2).

II. PELA PAZ, CRISTO FEZ UM “NOVO HOMEM”

A partir da expiação na cruz, a paz foi proclamada e de ambos os povos, judeus e gentios, Cristo fez uma nova humanidade (2.14-17).

1. O conceito bíblico de paz. De forma geral, a paz é a descrição de boas relações (At 24.2,3), do fim de um conflito (Lc 14.32), do estado de tranquilidade (1Rs 4.24) e de uma qualidade espiritual (Gl 5.22). Na passagem em apreço, o apóstolo ressalta a paz conferida por meio de Cristo. Sua morte na cruz desfez a nossa inimizade com Deus e com os homens, tornando possível a reconciliação entre ambos e, promovendo assim, a paz (Cl 1.20).

2. Cristo é o motivo da nossa paz. Paulo declara que Cristo “é a nossa paz” (2.14b). Essa expressão aponta para uma conotação mais profunda, pois Cristo não é apenas o “autor da paz”, mas literalmente “a nossa paz”. Isso implica o conceito de “comunhão espiritual”, ou seja, Cristo habita em nós sendo Ele mesmo a nossa paz (Jo 14.23-27). Desse modo, essa paz repousa na igreja, entre o crente e Deus e entre judeus e gentios, agora um único povo em Cristo Jesus (2.14.b).

3. A nova humanidade formada pela paz. Cristo uniu os povos que outrora se hostilizavam, para criar “em si mesmo dos dois um novo homem, fazendo a paz” (2.15c). Essa unidade não foi o resultado de algum acordo firmado entre os homens. Ela foi realizada “em si mesmo”, ou seja, o único modo possível era “em Cristo” e “por meio de Cristo”. A partir desse ato surge uma nova humanidade: a Igreja, “onde não há circuncisão e nem incircuncisão” (Cl 3.11). Foi Cristo quem criou esse novo povo “fazendo a paz” (2.15c). Nele, as desigualdades foram eliminadas, a acepção de pessoas desfeita, a etnia e a classe social desapareceram (Rm 2.11; Gl 3.28).

III. PELA CRUZ, RECONCILIADOS COM DEUS NUM CORPO

O ministério da reconciliação desfez a inimizade entre o homem e Deus, bem como entre os homens. Essas dívidas foram possíveis por causa da cruz de Cristo.

1. Cristo se fez maldição por nós. Ser condenado à morte de cruz era um sinal de maldição e de profunda humilhação (Hb 12.2). O réu era açoitado por um chicote de várias tiras de couro, acompanhado de chumbo ou ossos nas pontas (Mc 15.15). Em seguida, era obrigado a carregar publicamente sua cruz até ao local da execução (Jo 19.7). Por essas razões a cruz era escândalo para os judeus e loucura para os gentios (1Co 1.23). Apesar disso, Cristo suportou a afronta, levou a nossa culpa, entregou seu corpo para a crucificação e se fez maldição em nosso lugar (Gl 3.13).

2. Reconciliados pela cruz de Cristo. Foi o sacrifício vicário de Cristo na cruz e sua consequente vitória sobre a morte que possibilitaram nossa reconciliação com Deus e com os homens (Cl 1.20). Nessa perspectiva que Cristo “é a nossa paz” (2.14), que pela sua carne um novo homem foi criado “fazendo a paz” (2.15) e que também “evangelizou a paz a vós”, proclamando ao mundo as boas novas da cruz (2.17). A mensagem da cruz apregoa a paz entre Deus e os homens, isto é, o ministério da reconciliação (2Co 5.18-20).

3. Reconciliados na cruz em um corpo. O apóstolo Paulo reforça que o propósito de Cristo foi o de “reconciliar ambos [judeus e gentios] com Deus em um corpo” (2.16b). A ênfase aqui recai sobre a inimizade existente na vertical, isto é, entre os homens e Deus. No versículo 14, o destaque era a inimizade horizontal, quer dizer, entre os judeus e os gentios. De forma que a reconciliação deve ser duplamente compreendida. As duas inimizades foram desfeitas quando Cristo levou nossos pecados no madeiro (1Pe 2.24). A ira de Deus, que por causa dos pecados estava sobre nós, foi cravada na cruz (Cl 2.13,14). Assim, a reconciliação foi concretizada pela cruz, gerando um novo povo, num único corpo: a “família de Deus”; a “Igreja de Cristo” (2.19; 3.6; 4.4; 5.23,30).

CONCLUSÃO: Em obediência ao plano divino, Cristo cumpriu as demandas da lei na cruz. Em seu sacrifício derrubou as barreiras e aboliu as ordenanças cerimoniais que serviam de divisão. Por meio da paz conquistada no madeiro desfez a inimizade, criou uma nova humanidade e a reconciliou com Deus. A partir dela, formou um novo povo: a Igreja, o Corpo de Cristo.

LIÇÃO 8: EDIFICADOS SOBRE O FUNDAMENTO DOS APÓSTOLOS E DOS PROFETAS, EF 2.20-22; MT 7.24-27

INTRODUÇÃO: Por meio da reconciliação efetivada na cruz, Cristo formou a Igreja (2.13,19). O apóstolo Paulo a compara como um edifício em construção (2.21). A pedra angular dessa edificação é Cristo e o fundamento é a doutrina dos apóstolos e o testemunho dos profetas (2.20). Assim, há o propósito divino de que sejamos o templo santo do Senhor, a morada do Altíssimo (2.22). Nesta lição, estudaremos cada um desses aspectos.

I. UM EDIFÍCIO ESPIRITUAL

1. O santuário judeu. O templo em Jerusalém era o símbolo do exclusivismo de Israel como povo de Deus (1Rs 8.16-20). A proibição dos estrangeiros acessarem o Templo era um motivo de inimizade entre judeus e gentios (2.14). Ao reconciliar ambos os povos, Cristo aboliu as leis cerimoniais, desfez a inimizade entre eles e formou uma nova humanidade — a Igreja (2.18,19). Assim, o templo judaico perde sua relevância e um novo conceito de santuário é apresentado.

2. O santuário cristão. Os que pertencem a Cristo são comparados a um edifício onde Deus habita em Espírito (2.22). O ensino apostólico lembra Salomão, quando este reconheceu que o templo em Jerusalém não poderia conter a Deus (1Rs 8.27); e reafirma a instrução de Estevão em que “o Altíssimo não habita em templos feitos por mãos de homens” (At 7.48; cf. 17.24). Desse modo, os crentes — judeus ou gentios — tornaram-se o templo onde o Espírito de Deus habita (1Co 3.16), em que eles são “pedras vivas” em um “edifício espiritual” (1Pe 2.5).

3. A pedra angular. Na arquitetura antiga, a construção de um edifício requeria uma pedra angular. Ela é traduzida como a “pedra mais importante” ou “pedra principal”. Ela era posta no canto do prédio para sustentar o alicerce, firmar e unir toda a estrutura e manter as paredes em linha certa. Para que se tenha uma ideia dessa dimensão, em uma das escavações no local do templo em Jerusalém, foi encontrado um monólito com cerca de 12 metros de comprimento.

4. Cristo, a pedra principal. A identificação de Cristo como a pedra angular remonta a profecia messiânica em que a pedra rejeitada “tornou-se cabeça de esquina” (Sl 118.22). Ele mesmo afirmou ser “a cabeça da esquina” (Mc 12.10), assim como também os apóstolos testemunharam ser Cristo “a pedra

principal” (At 4.11; 1Pe 2.7). Portanto, a pedra angular deste novo santuário é o próprio Cristo. No Sermão do Monte aprendemos que o homem prudente edifica a sua casa sobre a rocha, que é Cristo Jesus (Mt 7.24).

II. O FUNDAMENTO: APÓSTOLOS E PROFETAS

1. O conceito de Apóstolos. O termo grego apostolos é usado para “enviado” ou “mensageiro”. O apostolado é centrado na natureza da missão de Cristo, que foi enviado para ser o salvador do mundo (Hb 3.1; 1Jo 4.14). Nos Evangelhos, Mateus, Marcos e Lucas usam o termo quando se referem aos doze escolhidos por Jesus (Mt 10.2-5; Mc 6.30; Lc 6.13). Eles foram testemunhas oculares do ministério, morte e ressurreição de nosso Senhor (At 1.21,22). Assim, Paulo também foi chamado pelo próprio Senhor para ser Apóstolo (1Co 15.8,9; Rm 1.1). Aos apóstolos foi confiado o ministério da Palavra com o compromisso de instruírem a Igreja (At 6.2-4). Nesse aspecto, os apóstolos são aqueles que foram comissionados por Cristo para a Igreja primitiva, e a mensagem de Cristo, o fundamento.

2. A doutrina dos apóstolos. Embora não se possa desassociar das pessoas o ofício que ocupavam, o que constitui o fundamento da igreja não são os apóstolos em si, mas a doutrina que eles ensinavam, ou seja, as Escrituras (At 2.42; 2Tm 3.16). Os apóstolos receberam a doutrina diretamente de Cristo (Rm 6.17; 1Tm 1.3; 2Pe 3.16). Assim como não se pode mexer na pedra angular depois de colocado o alicerce, igualmente o fundamento da Igreja não pode ser violado. Acerca disso, o Senhor Jesus asseverou: “as minhas palavras não hão de passar” (Lc 21.33). A Bíblia de Estudo Pentecostal ratifica que a revelação dos Apóstolos conforme temos no Novo Testamento nunca poderá ser substituída ou anulada por revelação, testemunho ou profecia posterior.

3. O testemunho dos profetas. A palavra grega prophetes significa proclamador e intérprete da revelação divina. A ordem da frase em Efésios 2.20, “apóstolos e profetas”, indica tratar-se dos profetas da Igreja, e não os do Antigo Testamento. Mais adiante Paulo assegura que a compreensão do mistério que no passado estivera oculto, de que os gentios tinham igual posição no Corpo de Cristo e eram participantes da promessa, foi revelado pelo Espírito aos profetas do Novo Testamento (3.4-6). Assim, os profetas neotestamentários que “falaram inspirados pelo Espírito Santo” (2Pe 1.21) perfazem o alicerce da Igreja de Cristo.

III. EDIFICADOS PARA MORADA DE DEUS

1. Edifício bem ajustado. A expressão “todo o edifício, bem ajustado cresce” indica um processo contínuo de desenvolvimento dos crentes (2.21). Assim como todas as partes do edifício precisam estar harmônicas (Cl 2.2; 1Co 1.10), o crescimento da igreja também depende de tudo ser bem ajustado a Cristo (Rm 14.15,16; 2Co 13.11). Nessa caminhada o salvo comporta-se como filho obediente e passa a evidenciar o fruto do Espírito (1Pe 1.14; Gl 5.22). O desenvolvimento prossegue até alcançar à medida completa de Cristo (Ef 4.13), pois todo crente bem ajustado torna-se “templo santo no Senhor” (2.21).

2. Templo santo no Senhor. A palavra aqui usada para templo é o vocábulo naon, que designa o recinto interior (o Lugar Santíssimo), ou seja, o lugar do encontro do sumo sacerdote com Deus (Hb 9.7). Todavia, a analogia paulina não se refere a uma estrutura material, mas sim ao crente que se tornou templo santo (1Co 3.16). Separado do pecado, quem pertence a Cristo passa a viver em santidade (1Pe 1.15; 1Jo 1.7). Como resultado, ao desfrutar da comunhão divina, o crente recebe o livre acesso à presença do Pai, tornando-se assim, “morada de Deus no Espírito” (2.22; Hb 4.14-16).

3. Morada do Altíssimo. No Antigo Testamento, a expressão “morada de Deus” fazia alusão ao tabernáculo e, depois, ao templo Israelita. Indicava lugar de habitação permanente e de comunhão íntima. Como já vimos, o crente tornou-se “templo santo no Senhor” (2.21). Isso indica que Deus habita em nós por meio de seu Espírito (2.22) e que tal afirmação ratifica o ensino apostólico de que “Deus não habita em templos feitos por mãos de homens” (At 17.24). Ele reside individualmente dentro de cada cristão, bem como no corpo inteiro de crentes, a Igreja formada por judeus e gentios (Jo 14.23; 1Co 3.16).

CONCLUSÃO: A comparação da Igreja como edifício em construção indica que estamos em processo de aperfeiçoamento até que todos cheguemos à unidade da fé (4.12,13). A pedra angular, que é o próprio Cristo, não pode ser substituída. A doutrina dos apóstolos e o testemunho dos profetas não podem ser revogados.

LIÇÃO 9: O MISTÉRIO DA UNIDADE REVELADO, EF 3.1-13

INTRODUÇÃO: Paulo e os demais apóstolos, bem como os profetas do Novo Testamento, receberam por meio de Cristo a revelação do mistério oculto (3.1-4). Nesta lição estudaremos o conceito bíblico para

“mistério” (3.4,6), como esse mistério esteve oculto nas eras passadas, como o mistério foi revelado na Nova Aliança (3.5,10) e como ele foi pré-estabelecido por Deus na eternidade (3.11).

I. O MISTÉRIO OCULTO NO ANTIGO TESTAMENTO

Os gentios ignoravam as promessas, e os judeus pensavam serem os únicos beneficiários delas, porém, ambos desconheciam o “mistério” que esteve oculto.

1. O conceito bíblico de mistério. Do grego *mysterion*, a palavra mistério significa “segredo” ou “doutrina secreta”. Indica alguma verdade divina que esteve oculta e passou a ser conhecida (3.3). Não se refere a algo misterioso que somente alguns poucos iniciados possam compreender, como ensinavam alguns adeptos do falso misticismo (Cl 2.18). Pelo contrário, no cristianismo significa uma verdade que esteve encoberta e agora foi desvendada em benefício de todos (1Tm 2.4).

2. O desconhecimento do mistério. Para compreender em que sentido o mistério esteve oculto desde outras gerações, é preciso pôr em foco o advérbio “como” que aparece no texto com valor circunstancial: “noutros séculos não foi manifestado, como, agora” (3.5). A expressão “como” indica que no Antigo Testamento esse mistério não foi dado a conhecer tão claramente como agora o foi desvendado pelo Espírito. Isso não quer dizer que antes da Nova Aliança ninguém tomara conhecimento acerca da desse mistério, ou seja, a bênção de que os gentios também participariam.

3. O mistério e os profetas da Antiga Aliança. Os escritores do Antigo Testamento não apenas conheciam a respeito das bênçãos prometidas aos gentios; eles fizeram menção delas (Gn 12.3; 22.18; Is 11.10; 49.6; 54.1-3; 60.1-3; Ml 1.11). O que esses profetas não sabiam era como isso aconteceria, como Deus faria algo totalmente novo. Que as barreiras raciais e religiosas seriam rompidas por meio de Cristo, que judeus e gentios seriam um só povo integrante de um mesmo corpo — a Igreja: o mistério oculto (3.6,10).

II. O MISTÉRIO REVELADO NO NOVO TESTAMENTO

O plano divino oculto quanto à Igreja de Cristo é a ênfase paulina acerca do “mistério revelado” aos apóstolos e aos profetas.

1. Revelado aos apóstolos e profetas. Ao fazer abertura do capítulo três de Efésios, Paulo destaca a sua condição de prisioneiro, o processo de sua vocação e como lhe foi “este mistério manifestado pela revelação” (3.1-3). Em passagens correlatas, Paulo deixa claro que não recebeu seu apostolado de homem algum (Gl 1.1), que a doutrina que ensinava não aprendeu com nenhum homem (Gl 1.11) e que ao ser enviado aos gentios não consultou homem algum (Gl 1.16). Significa dizer que a chamada, a doutrina e a comissão lhe foram divinamente confiadas “pela revelação de Jesus Cristo” (Gl 1.12). O apóstolo assegura ainda que o mistério oculto foi revelado pelo Espírito de Deus a ele e aos demais apóstolos e profetas (At 11.4-17,27). Ele indica que o mistério divino não poderia ser desvendado por meio do raciocínio intelectual. Portanto, o apóstolo enfatiza que o mistério foi dado a conhecer por meio da “revelação divina” e não por sabedoria humana (1Co 2.4).

2. O mistério oculto revelado. Em termos gerais o “mistério revelado” é a Igreja. Essa revelação começa pela declaração de que o Pai idealizou tudo desde sempre (1.14; 3.11); e prossegue com a execução da Obra de Cristo (1.7; 2.15); e também com a criação de uma nova humanidade (2.1-10); como também a união de judeus e gentios como família de Deus e Corpo de Cristo (2.11-22; 3.6); e a comunicação dessas verdades aos santos apóstolos e profetas (3.3,5). Por fim, o anúncio dessas dádivas do mistério revelado recai sobre a responsabilidade da Igreja, para que “a multiforme sabedoria de Deus se torne conhecida” (3.10). Significa que a própria Igreja é a principal agência divina de divulgação desse “mistério” a fim de unir todos os homens em um só povo por meio de Cristo.

3. A magnitude do mistério. Outrora ninguém tinha ventilado a possibilidade da formação de um só povo, sem distinção de pessoas, etnia ou classe social; mas em Cristo e por Cristo, todos são um e participantes da mesma promessa (Gl 3.28; Ef 3.6; Cl 3.11). Até mesmo alguns líderes da primitiva igreja demoraram a entender esse mistério onde todos são aceitos em Cristo (At 11.4-17). Esse mistério, ora revelado, deve ser propagado aos homens conforme Deus planejava desde o princípio (3.7,8,10,11).

III. O MISTÉRIO PRÉ-ESTABELECIDO POR DEUS

Deus não foi surpreendido com o pecado no Éden. Desde a eternidade o Senhor pré-estabeleceu um plano para ser executado na “plenitude dos tempos”.

1. As riquezas insondáveis de Cristo. O mistério agora revelado e anunciado é considerado pelo apóstolo como “riquezas insondáveis” (3.8). A expressão se refere às maravilhas e a providência divina que estão além do entendimento humano (1.7). Para o apóstolo Paulo, compartilhar com os povos essas

boas novas era algo imensurável (3.18,19). A mensagem da qual ele fora incumbido consistia em ministrar a todos a perfeição e a preciosidade do mistério que estivera oculto (3.8,9); proclamar que essas dádivas foram projetadas desde a eternidade, sendo livremente concedidas aos homens por meio de Cristo (1.4; 2.16). Tudo abrange o beneplácito da vontade divina, que articulou o plano (1.11), o conteúdo desse plano (Ef 2.1-6) e a pessoa de Cristo que executou o plano pré-estabelecido por Deus (Ef 1.19-22).

2. O eterno propósito em Cristo. Como vimos anteriormente, o mistério “desde os séculos esteve oculto em Deus, que tudo criou” (3.9). O que significa que, desde o princípio dos tempos, o Criador manteve o mistério encoberto para ser revelado em tempo oportuno (1Pe 1.20). E indica que Deus sempre esteve no controle de sua criação “para que agora seja manifestada [...] segundo o eterno propósito que fez em Cristo” (3.10,11). Assim, o “plano da salvação”, que abrange o “mistério da igreja”, e a “revelação desse mistério”, sempre estiveram de acordo com o desígnio divino para serem executados por intermédio de Cristo.

3. O plano divinamente pré-estabelecido. O plano divino não surgiu pelo advento do pecado de Adão. Deus não foi apanhado de surpresa. Ao contrário, Ele sempre esteve no controle e já tinha um plano de salvação pré-estabelecido desde a eternidade. Essa verdade nos ensina que por trás de todo o evento da história existe um propósito eterno em andamento. Deus é soberano e controla todas as eras, tempos e circunstâncias. Nesse eterno propósito, no tempo previamente determinado, o mistério da Igreja foi executado em Cristo “no qual temos ousadia e acesso com confiança, pela nossa fé nele” (3.12).

CONCLUSÃO: O mistério da Igreja esteve oculto nas gerações passadas. No tempo estipulado, Deus revelou o seu eterno propósito aos apóstolos e aos profetas. Judeus e gentios estavam inseridos nesse mistério idealizado por Deus. Tal mistério agora revelado deve ser anunciado pela própria igreja conforme os desígnios divinamente pré-estabelecidos desde a eternidade.

LIÇÃO 10: A INTERCESSÃO PELOS EFÉSIOS, EF 3.14-21

INTRODUÇÃO: Após revelar o mistério oculto e todas suas dádivas (3.1-13), apóstolo Paulo passa a orar em favor da Igreja de Cristo (3.16-19). Na intercessão paulina aprendemos que Deus pode fazer tudo além do que pedimos ou pensamos, sendo Ele o único que é digno em ser glorificado (3.20,21). Refletir sobre a oração intercessora do apóstolo é o tema desta lição.

I. CORROBORADOS COM O PODER DO ESPÍRITO

O apóstolo inicia sua oração ao Senhor com um pedido duplo: o poder do Espírito no homem interior e a presença de Cristo nos corações dos crentes (3.16,17).

1. As riquezas da sua glória. Paulo apresenta sua oração confiando “nas riquezas de sua glória [a de Deus]” (3.16). O apóstolo já havia declarado que Deus é “o Pai da glória” (1.17), cheio de “abundantes riquezas de sua graça” (2.7; 3.8). O que significa que Ele é possuidor de todas as glórias e dispensador de ricas e ilimitadas bênçãos. Em razão disso, Paulo pede para que a Igreja seja fortalecida com poder, que seja habitada por Cristo, que compreenda o amor divino e tenha pleno desenvolvimento espiritual (3.16-19).

2. Fortalecidos com poder. O primeiro pedido do apóstolo é para que a Igreja seja corroborada “com poder pelo seu Espírito no homem interior” (3.16). Essa petição não quer dizer que a Igreja em Éfeso não tivesse o Espírito de Deus (1.14), mas que ela fosse continuamente revigorada com poder e, conseqüentemente, em seu fortalecimento diário (1Co 16.13). Ainda enfatiza que a única força que habilita o crente a se manter firme advém do Espírito Santo (Jo 14.16,17), que atua no homem interior e capacita o crente a perseverar, a manter-se afastado do pecado e a compreender as coisas espirituais (1Co 2.12-16).

3. Habitados por Cristo. O apóstolo também orou para que Cristo habitasse pela fé nos corações dos santos (3.17), o que também não significa dizer que Cristo não estivesse presente na Igreja em Éfeso. No versículo em questão, o verbo grego é *katoikein*, significa “habitação permanente” em oposição à “habitação temporária”. Isso indica que a oração apostólica era para que Cristo habitasse continuamente na vida da Igreja. Assim, o ensino apostólico ratifica que sem Cristo, a igreja não pode subsistir as forças do mal (Mt 16.18).

II. ARRAIGADOS E FUNDADOS EM AMOR

O amor é a mensagem central do Evangelho de Cristo. Um dos propósitos da oração de Paulo foi para que a Igreja entendesse e exercitasse o amor de Deus.

1. Amor: a virtude cristã. Nas Escrituras o amor é atributo divino: “Aquele que não ama não conhece a Deus, porque Deus é amor” (1Jo 4.8). Foi por amor que Cristo se entregou para o resgate da humanidade

(5.2). O amor é o resumo da lei e dos profetas (Mt 22.40), o sinal dos discípulos de Cristo (Jo 13.35), a prova de filiação com Deus (1Jo 4.7) e deve ser expresso por meio de atitudes concretas (1Jo 3.17). O amor é a maior de todas as virtudes e o princípio que norteia o fruto do Espírito (1Co 13.13). Ciente dessa relevância, o apóstolo implora a Deus para que o viver da Igreja seja arraigado e alicerçado no amor.

2. Arraigados e fundados em amor. Após rogar ao pai pelo poder do Espírito e a habitação de Cristo, o apóstolo clama para que a Igreja possa também compreender e praticar o amor (3.16,17). A expressão “arraigados e fundados em amor” (3.17) compara os santos como uma planta bem enraizada e uma casa bem alicerçada. Indica que sem o amor, a vida cristã não tem sustentação alguma (1Co 13.1-3). Por causa disso, o apóstolo insiste pela total compreensão de “qual seja a largura, e o comprimento, e a altura, e a profundidade” do amor divino (3.18). O uso dessas expressões aponta para a vastidão do amor de Cristo, “que excede todo o entendimento” (3.19) e indica que a lógica humana não pode mensurar o amor de Deus.

3. A intensidade do amor de Cristo. Consciente de que somente o Espírito pode fazer entender e experimentar a grandeza do amor de Deus, Paulo pede para que os crentes conheçam a intensidade do amor de Cristo (3.18,19). A ênfase recai em que Cristo nos amou e ainda nos ama e que, por isso, devemos amar uns aos outros (1Jo 4.10-11). O apóstolo sabe que o esforço humano não pode atingir essa meta; assim, ele acrescenta esse pedido à oração para que os crentes sejam “cheios de toda a plenitude de Deus” (3.19).

III. A BÊNÇÃO DE DEUS EXCEDE O PENSAMENTO HUMANO

Em sua audaciosa intercessão em favor da Igreja, o apóstolo ensina que Deus é capaz de fazer muito além do que pedimos, e, que o Eterno deve ser glorificado para sempre.

1. A dimensão das bênçãos divinas. Ao concluir a ousada oração, Paulo lembra de que a magnitude do poder de Deus é capaz de fazer “muito mais abundantemente além daquilo que pedimos ou pensamos” (3.20). Isso indica que o que Deus pode fazer ultrapassa em muito nossos melhores anseios e desejos. Quer dizer que a mente humana é incapaz de alcançar a dimensão das bênçãos divinas. Nesse sentido, Paulo declara que as coisas que sequer “subiram ao coração do homem são as que Deus preparou para os que o amam” (1Co 2.9). Essa instrução mostra que os pensamentos do Senhor são muito mais altos do que os nossos (Is 55.9). Desse modo, o poder divino que age na vida do crente e suas bênçãos disponíveis são impossíveis de dimensionar. A grandeza do poder de nosso Deus é capaz de responder para além das mais corajosas orações (1Rs 3.5-14).

2. O convite para adoração. Paulo encerra esse capítulo com o convite de adoração a Deus, cuja glória é devida “na igreja, por Jesus Cristo, em todas as gerações” (3.21). A conclusão paulina não poderia ter sido diferente. Nos versículos anteriores ele discorreu acerca da boa nova do mistério revelado (3.3-5), das muitíssimas riquezas de Cristo conferidas a Igreja (3.8,9), da grandeza do poder de Deus (3.16), e da infinitude do amor e de todas as bênçãos divinas que excedem a compreensão humana (3,19,20). Além dessas e das demais bênçãos, a única coisa a ser acrescentada era o louvor ao Senhor Deus, detentor de tamanhas dádivas.

3. A glória devida a Deus. Finalmente, Paulo prossegue a ensinar que Deus deve ser glorificado “na Igreja e em Cristo”. Quer dizer que os atos de louvar e glorificar a Deus fazem parte dos propósitos da instituição da Igreja (1.6,12,14). A Igreja nunca terá glória em si mesma, pois toda a glória é exclusivamente tributada para Deus por intermédio da Obra de Cristo (Sl 115.1; Jo 13.31,32). Em sua oração, o apóstolo anela que essa postura de adoração e exaltação a Cristo perdure “por todas as gerações” e enfatiza seu pedido com a frase “para todo o sempre” (3.21), o que significa que deve ser praticada por todos os crentes.

CONCLUSÃO: A ousada intercessão de Paulo anelava o fortalecimento da Igreja. O apóstolo tinha ciência de que o perseverar do cristão dependia de quatro princípios basilares, os quais ele pediu a Deus em oração: o fortalecimento de poder, a presença plena de Cristo, o intenso exercício do amor de Deus e o contínuo crescimento espiritual até encontrar a perfeição. Durante esse processo, o povo de Deus deve glorificá-Lo em todo o tempo.

LIÇÃO 11: ATRIBUTOS DA UNIDADE DA FÉ: HUMILDADE, MANSIDÃO E LONGANIMIDADE, EL 4.1-4; CL 1.9-12

INTRODUÇÃO: Após concluir a oração intercessória em favor da Igreja e, ao mesmo tempo, estimular os cristãos a viverem para a glória de Deus (3.16-21), o apóstolo passa a enfatizar a necessidade da unidade dos crentes (4.1-16). Assim, nesta lição, estudaremos as virtudes fundamentais — humildade, mansidão e longanimidade — que levam a igreja a viver uma perfeita unidade conforme a Palavra de Deus.

I. PARA HAVER UNIDADE É PRECISO HUMILDADE

A humildade é uma virtude imprescindível para o fortalecimento da comunhão cristã. Espera-se que os crentes sejam humildes não somente diante de Deus, mas também entre eles.

1. O modo digno do viver cristão. A conduta geral do crente é o destaque dessa seção da Carta. O apelo apostólico é para que os crentes “andem de modo digno da vocação” (4.1), ou seja, a nossa conduta diária deve corresponder à chamada recebida para ser um membro do Corpo de Cristo, a Igreja. Isso pressupõe que o andar do cristão está diretamente relacionado com o nível de unidade que ele tem com Deus e com os irmãos. Nesse sentido, a fim de desenvolver essa unidade, o apóstolo Paulo apresenta três virtudes essenciais: a humildade, a mansidão e a longanimidade (4.2).

2. A humildade. Para os povos pagãos a humildade não era uma virtude; pelo contrário, era considerada uma atitude negativa, fraqueza de caráter e falta de amor próprio. Na vida de Cristo é que a humildade aparece como virtude, pois Ele “não teve por usurpação ser igual a Deus. Mas aniquilou-se a si mesmo, tomando a forma de servo” (Fp 2.6,7). No Evangelho de João, nosso Senhor lavou os pés dos apóstolos dando o exemplo de humildade (Jo 13.13-15), mas não de uma humildade movida pela falsa aparência (Is 32.6; Mt 23.28), e sim de uma ação que reconhece a importância e o valor do outro (Fp 2.3).

3. A verdadeira humildade. O que fica claro em Jesus e no ensino do apóstolo Paulo é que a pessoa humilde expressa a modéstia, em oposição ao orgulho e a arrogância (2Co 12.20). Trata-se de uma postura que favorece o bem da coletividade no lugar do egoísmo (Jo 17.21-23). Assim, a verdadeira humildade coopera para a harmonia nos relacionamentos e promove a unidade no Corpo de Cristo (1Co 12.25). Entretanto, é importante ressaltar que esta, e as demais virtudes, são produzidas pelo Espírito Santo que habita no crente (3.16). Não há quem possa desenvolver tal conduta sem que o Espírito Santo o transforme (Gl 5.16).

II. PARA HAVER UNIDADE É PRECISO MANSIDÃO

A virtude da mansidão produz crentes capacitados a bem gerir os conflitos, promovendo paz e conciliação na igreja local.

1. Mansidão: um fruto do Espírito. A palavra “mansidão” transmite o conceito de “ternura”, “gentileza”, “cortesia” e “paciência” (1Co 4.21; 2Co 10.1; 2Tm 2.25). Essa qualidade é listada nas Escrituras como um dos aspectos do fruto do Espírito (Gl 5.22). A mansidão é um estado que deriva da humildade. O termo indica moderação nas ações, bom trato para com o semelhante e ausência de precipitação. A expressão retrata o caráter de Cristo conforme o Senhor mesmo disse: “Aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração” (Mt 11.29).

2. Grandes exemplos de mansidão: Moisés e Jesus Cristo. Moisés foi reconhecido como o homem mais manso que havia sobre a terra (Nm 12.3). Essa reputação se deu em virtude de o legislador, entre outros aspectos, não revidar nem guardar rancor quando foi atacado pessoalmente (Nm 12.1,2). Nessa mesma perspectiva, Jesus Cristo manteve o autocontrole enquanto era injustamente caluniado (Mt 12.14-21). E, durante seu julgamento, não pronunciou qualquer palavra contra seus acusadores (Mc 15.4,5). Assim, temos o exemplo da mansidão diante das mais difíceis circunstâncias.

3. A verdadeira mansidão. Pessoas com essa virtude são disciplinadas e capacitadas a perseverar na perseguição (Rm 12.12-14), não revidam os maus-tratos sofridos, não se apressam a emitir juízo (Rm 12.17-19), não cedem às provocações nem dão espaço para ressentimentos (Hb 12.15). Essa virtude não significa fraqueza ou inferioridade; pelo contrário, indica o mais seguro controle emocional. Assim, mansidão trata da submissão do homem para com Deus e sua Palavra (Tg 1.21). É a presença do Espírito Santo propiciando suavidade e domínio próprio (Rm 8.10).

4. Mansidão pressupõe conciliação. O comportamento conciliador é a demonstração prática da conduta de quem possui mansidão por meio de uma postura equilibrada diante de circunstâncias adversas (1Pe 2.23). Ele transmite a ideia de pacificação, um meio harmonioso de administrar os conflitos (2Co 2.10). Se todos os crentes de cada igreja desenvolvessem a virtude da mansidão o espírito conflituoso desapareceria. Em lugar de sentimento faccioso, eles apresentariam um espírito manso e conciliador (1Co 1.10).

III. PARA HAVER UNIDADE É PRECISO LONGANIMIDADE PARA O EXERCÍCIO DO PERDÃO

A virtude da longanimidade capacita o crente a ser tolerante com os erros alheios, e assim liberar o perdão aos ofensores.

1. Longanimidade: um fruto do Espírito. Longanimidade tem o sentido de “paciência”, “tolerância” e “constância” (1Pe 3.20; 2Pe 3.9; Cl 3.12,13). É mais um dos aspectos do fruto do Espírito desenvolvido no

crente (Gl 5.22). Em termos gerais essa virtude significa tolerar pacientemente a má conduta dos outros (1Co 6.1-6), tanto que a Bíblia nos ensina a ser “pacientes na tribulação” (Rm 12.12). Assim, suportar os erros dos outros e as adversidades da vida são o lado prático da paciência, pois o próprio Deus é descrito como “longânimo” e “tardio em irar-se” (Sl 86.15; Na 1.3). Contudo, o exercício da paciência requer a virtude do amor, que é o princípio basilar de todas as ações do crente salvo por Cristo (1Co 13.1-7).

2. Suportando uns aos outros. Durante a nossa jornada cristã nos depararemos com múltiplas situações de hostilidade (At 14.22). São nesses momentos conflituosos na igreja que devemos “suportar uns aos outros em amor” (4.2). A expressão indica que, infelizmente, teremos de enfrentar excessos cometidos em nosso meio, como as provocações alheias e atitudes caruais. Estas são comparadas a um “fardo” que devemos suportar por meio da prática do amor.

3. O perdão como premissa do amor. O amor é um atributo divino (1Jo 4.8), o principal aspecto do fruto do Espírito (Gl 5.22). É uma virtude altruísta que nos conduz a tratar aos outros como gostaríamos de ser tratados (Mt 7.12). Desse modo, a tolerância entre irmãos em Cristo deve ser mútua, isto é, amando “ardentemente uns aos outros, com um coração puro” (1Pe 1.22), perdendo e sendo perdoado. Quando esse estilo de vida é adotado pelos crentes, acabam-se as disputas na igreja.

CONCLUSÃO: Vimos o convite de Paulo aos crentes para um viver digno de uma perfeita unidade. Para garanti-la, mostramos que algumas virtudes são essenciais: a humildade, que fortalece a unidade; a mansidão, que gere os conflitos; a longanimidade, que suporta os erros alheios. Quando os crentes vivem essas virtudes, as dissensões desaparecem e o nome de Jesus Cristo é glorificado (Mt 5.16; 1Co 1.10).

LIÇÃO 12: A CONDUTA DO CRENTE EM RELAÇÃO À FAMÍLIA, EF 5.21-33; 6.1-4

INTRODUÇÃO: Na Bíblia, o relacionamento familiar é um projeto divino que pressupõe o matrimônio monogâmico, heterossexual e indissolúvel (Mt 19.4-6). No modelo divino, os membros da família são iguais, porém, cada um desempenha papéis diferentes. Nesta lição, veremos a conduta requerida por Deus para a família cristã.

I. A CONDUTA DO CRENTE COMO MARIDO

No capítulo cinco, Paulo enaltece o matrimônio e o eleva ao mais alto patamar ao comparar o marido a Cristo, e a esposa à Igreja. Neste tópico estudaremos a analogia referente ao marido.

1. O papel do marido como líder da família. Na Bíblia, a ordem de autoridade é observada do seguinte modo: Deus é a cabeça de Cristo; Cristo é a cabeça do homem; e o homem é a cabeça da mulher (1Co 11.3). A relação dentro do lar é explicada na frase “o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja” (5.23). Ela mostra o modelo de relacionamento do casamento cristão, isto é, o marido deve liderar a sua casa, do mesmo modo como Cristo lidera a Igreja visando seu absoluto bem-estar (5.29). Aqui, é necessário ressaltar uma questão importante. O movimento feminista com viés neomarxista considera esse modelo de família como um sistema opressor do homem contra a mulher. Ao contrário desse falacioso discurso, nas Escrituras, o modelo cristão está fundado no amor e no respeito mútuo (Jo 13.34,35).

2. O amor como elemento primordial. O marido, além de liderar deve também amar a sua esposa assim como Cristo amou a Igreja (5.25). Isso implica a prática de sacrifício, como diz as Escrituras: “Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela” (5.25b). O amor de Cristo para com a Igreja foi altruísta e incondicional (Rm 5.8). Assim, a Igreja foi atraída para Cristo por meio do amor, e não por ameaças ou imposição autoritária (Jo 15.12,13). Desse modo, os maridos devem também manter a união e a harmonia conjugal por meio do exercício do “amor”.

3. O cuidado do marido à esposa. A Escritura enfatiza que a esposa é parte do marido ao declarar “quem ama a sua mulher, ama-se a si mesmo” (5.28b). Acrescenta ainda que toda a pessoa mentalmente saudável cuida do próprio corpo (5.29), o que significa que o marido deve dar atenção à sua mulher do mesmo modo que atenta para consigo mesmo. Isso implica proteger a esposa e prover-lhe uma vida digna. Essas ações de cuidado não se limitam apenas às provisões materiais, mas igualmente, ao afeto, à consideração e à honra, dentre outras. Tal demonstração de amor deve ser sincera tanto em público quanto em particular, de modo permanente enquanto ambos viverem (Mt 19.6; Cl 3.19).

II. A CONDUTA DA CRENTE COMO ESPOSA

De acordo com a analogia paulina em relação ao matrimônio, a mulher casada é comparada à Igreja de Cristo. Nesse ponto veremos a conduta requerida da esposa cristã.

1. O conceito de submissão cristã. As Escrituras ensinam a sujeição de “uns aos outros no temor de Deus” (5.21). Nessa perspectiva alguns exemplos de submissão são apresentados: das esposas aos seus maridos (5.22); dos filhos aos seus pais (6.1); dos servos aos seus senhores (6.5). No caso das esposas, a submissão deve ser “assim como a igreja está sujeita a Cristo” (5.24). Portanto, aqui não se trata de uma sujeição irracional ao domínio de alguém, mas voluntária e de grata aceitação do amor e cuidado do marido. Por isso, nada há de depreciativo nessa conduta, pois retrata o alto nível de relacionamento entre Cristo e a sua amada Igreja.

2. A condição da mulher cristã. Na cultura judaica a mulher ocupava posição secundária e era parte da propriedade de um homem (Gn 31.14,15). Na sociedade grega as mulheres eram tratadas como inferiores e as esposas eram escravizadas. No Evangelho de Cristo as mulheres alçaram posição de dignidade igual aos homens (Gl 3.28). Ao conversar com a mulher samaritana, Cristo quebrou paradigmas da época e se opôs ao preconceito e à discriminação (Jo 4.9,10). Portanto, a mulher cristã desfruta de plena liberdade em Cristo e não está sujeita a nenhum sistema de escravidão (Gl 5.13).

3. A reverência devida ao marido. O amor do marido para com a esposa deve ser altruísta (5.25). Esse amor serve ao propósito divino de capacitar a esposa a ser recíproca ao marido (5.22). O homem que assim se porta coopera para que a esposa o reverencie (5.33). Essa reverência consiste em estima e respeito para com o marido. Denota o sentimento que conduz a esposa a agir de modo a agradar seu amado. Essa postura é demonstrada quando ela o apoia e o ajuda em sua tarefa de liderar. Significa que a esposa participa das decisões em família, porém, não procede como opositora nem desautoriza a autoridade de seu marido.

III. A CONDUTA DO CRENTE COMO FILHO

1. A responsabilidade dos pais. Os pais devem criar seus filhos na “doutrina e admoestação do Senhor” (6.4b). A palavra “doutrina” ou “disciplina” (do grego paideia) significa orientação ou treinamento para o desenvolvimento do caráter e pronta obediência das normas. Já a palavra “admoestação”, do grego nouthesia, quer dizer instrução ou advertência que faculta a distinção entre o mal e o bem. Além dessas exortações, cabe aos pais estabelecer os parâmetros de conduta e reagir contra a desobediência de seus filhos. Os critérios dessa educação estão na Palavra de Deus (Pv 22.6). Por outro lado, os pais não devem abusar da autoridade recebida, pois eles devem educar com brandura e amor, sem rigor excessivo ou imposições injustas a fim de não incitar à ira de seus filhos (6.4a).

2. A conduta requerida dos filhos. O dever dos filhos é apresentado de forma objetiva pelo apóstolo: “Vós, filhos sede obedientes a vossos pais” (6.1). A explicação para essa postura é categórica: “Porque isto é justo” (6.1b). Ela segue a ordem natural divinamente estabelecida, pois Deus deseja que os filhos confiem na sabedoria de seus pais (Lc 2.51). Para ratificar esse ensino, o apóstolo cita o quinto mandamento: “Honra a teu pai e a tua mãe” (6.2 cf. Êx 20.12). Assim, os filhos devem obedecer e honrar seus pais. Logo, obedecer significa cumprir o que é ordenado; e honrar envolve amor, respeito e até mesmo o sustento em caso de necessidade. Portanto, a obediência é devida enquanto os filhos viverem sob a tutela dos pais e a honra é um dever para a vida toda.

3. O mandamento com promessa. Aos filhos que obedecem e honram seus pais, uma promessa dupla lhes é assegurada: “Para que te vá bem, e vivas muito tempo sobre a terra” (6.3). Essas bênçãos incluem prosperidade exterior e vida longa. Embora as dádivas espirituais estejam implícitas, a ênfase recai sobre os benefícios materiais. Significa que ao obedecerem e honrarem a seus pais, os filhos submetem-se ao arbítrio de Deus que, segundo o beneplácito da sua vontade, os recompensa com benesses especiais.

CONCLUSÃO: No modelo divino todos os membros da família cumprem deveres específicos. O marido tem o dever de liderar e amar sua esposa. A esposa o dever de submeter-se e respeitar a liderança de seu marido. Aos pais o dever de educar seus filhos segundo as Escrituras. Aos filhos o dever de obedecer e honrar seus pais. Assim, o amor, o respeito mútuo e a prosperidade fazem parte da família que se porta conforme Deus planejou.

LIÇÃO 13: A BATALHA ESPIRITUAL E AS ARMAS DO CRENTE, EF 6.10-20

INTRODUÇÃO: Ao finalizar a Epístola aos Efésios, o apóstolo convoca a Igreja para lutar e resistir aos inevitáveis conflitos contra as forças espirituais da maldade. Nessa batalha, a fim de suportar os ataques e se manter firme na marcha contra o mal, os soldados de Cristo precisam revestir-se de toda a armadura de Deus. É o que veremos na presente lição.

I. O PREPARO ESPIRITUAL DO CRENTE PARA A BATALHA

1. Fortalecidos no poder do Senhor. A expressão na forma passiva “fortalecei-vos no Senhor” (6.10a) indica que não temos poder em nós mesmos. Esse excelso poder nos é conferido pela comunhão com Deus, em Cristo, por meio do Espírito Santo (Jo 15.7; 1Jo 1.3). Por isso precisamos estar fortalecidos por meio da “renovação da mente” (4.23), da “vida em santidade” (4.24) e “ser cheio do Espírito” (5.18). A vitória não pode ser alcançada por outro meio. Conhecer as Escrituras sem a devida obediência e frequentar os cultos sem a genuína conversão não são suficientes. Não obstante, o poder de Deus está disponível aos fiéis para “pisar serpentes, e escorpiões, e toda a força do Inimigo” (Lc 10.19).

2. Vigilantes em toda a oração e súplica. Paulo enfatiza a necessidade de uma vida cristã permeada pela prática da oração. Não é possível entrar em combate sem a cobertura de tão preciosa arma espiritual (Lc 21.36). A expressão “orando em todo tempo com toda oração e súplica no Espírito” (6.18) significa clamar pelo favor divino em qualquer circunstância e oportunidades. Esse clamor deve estar acompanhado de vigilância (Is 59.1,2), pois esta preserva o crente das astutas ciladas do Inimigo (Sl 124.7). Vigijemos em oração e súplica!

II. CONHECENDO O CAMPO DA BATALHA ESPIRITUAL

1. As astutas ciladas do Diabo. A expressão “ciladas do diabo” (6.11) indica as “armadilhas” articuladas perversamente pelo reino das trevas. O líder desse reino é identificado como diábolos, que significa “caluniador” e “acusador” (Mt 4.1; Jo 8.44; 1Pe 5.8). Tomado de fúria e por meio do espírito do erro, ele prepara laços com o propósito de destruir a Igreja de Cristo. Algumas de suas astúcias são: (1) Confundir a mentira com a verdade (Gn 3.4,5); (2) deturpar as Escrituras (Mt 4.6); (3) dissimular e induzir a dissimulação (2Co 11.13,14); (4) fazer falsos sinais (2Ts 2.9); (5) fazer acusações (Ap 12.10); (6) semear incredulidade (2Co 4.4); (7) promover ideologias anticristãs (2Ts 2.3,4). Diante desse quadro, o texto sagrado ordena: “Revesti-vos de toda a armadura de Deus!”.

2. O conflito contra o reino das trevas. Paulo enfatiza que esse conflito não é “contra carne e sangue” (6.12). Não se trata de lutar contra o ser humano, mas contra o reino das trevas nas “regiões celestes”. Essas declarações indicam que a batalha não é física, mas travada no mundo espiritual. O conflito é contra as hostes que, debaixo da autoridade do Diabo, mantêm os homens na escuridão (1Jo 5.19). Nessa metáfora, fica claro que o cenário do campo de batalha do soldado é espiritual (6.11,12), ao mesmo que se revela a natureza pessoal do conflito, pois essa luta se dá tanto na área individual quanto na área coletiva da igreja (1Pe 5.8,9).

3. As agências das potestades do ar. Paulo identifica as forças do mal que marcham contra a Igreja como “principados, potestades, príncipes das trevas deste século e hostes espirituais da maldade” (6.12). Esses seres são caracterizados por três aspectos:

a) Eles são poderosos. Os títulos “principados e potestades” indicam poder, primazia e autoridade para agir; “príncipes das trevas” são líderes de anjos decaídos, que sob o comando do Diabo exercem domínio;

b) Eles são malignos. Esses agentes formam “as hostes espirituais da maldade”. Refere-se a demônios que empregam seu poder destrutivamente para o mal;

c) Eles são astutos. São cheios de sutilezas e maquinam a queda da Igreja.

Apesar desse imenso império do mal, a Igreja é exortada a não temer. Somos incentivados a lutar e, sobretudo, a vencer, pois o Senhor da Igreja está elevado ao nível “acima de todo o principado, e poder, e potestade, e domínio” (1.21).

III. AS ARMAS ESPIRITUAIS INDISPENSÁVEIS AO CRENTE

1. A armadura completa de Deus. A imagem que o apóstolo usa é a de uma linguagem retirada do contexto militar romano. A expressão “toda a armadura” traduz o termo grego panóplia, que significa “a armadura completa de um soldado fortemente armado” (6.11,13). Na Carta, a orientação não é para usar armas próprias, mas tomar o equipamento dado por Deus, resistir bravamente e marchar contra as potestades do ar.

2. As armas indispensáveis de defesa. Vejamos aqui uma lista de armas espirituais disponíveis aos soldados do Senhor:

a) Cingidos os vossos lombos com a verdade (v.14). Retrata a peça usada para dar mobilidade ao soldado no combate. Nesse sentido, faz referência à verdade da doutrina de Cristo e à integridade do soldado (2Co 13.8).

b) Vestida a couraça da justiça (6.14). Trata-se de uma malha impenetrável de proteção aos órgãos vitais. Refere-se à justiça de Cristo e à retidão do soldado no campo de batalha (Rm 5.1; 2Co 6.7).

c) Calçados os pés na preparação do evangelho da paz (6.15). Confeccionada em couro, a “meia-bota” tinha solas cravejadas para dar estabilidade. Refere-se à firmeza que o Evangelho proporciona e à prontidão do soldado em testemunhar de Cristo (Rm 1.16).

d) Tomando, sobretudo, o escudo da fé (6.16). Longo, retangular, feito de madeira e couro, o escudo protege o corpo inteiro dos dardos incendiários. Refere-se à fé inabalável em Deus, que detém a eficácia das calúnias, dúvidas e rebeliões disparadas pelo Diabo (Pv 30.5).

e) O capacete da salvação (6.17). Pesado, resistente e fabricado com bronze ou ferro, o capacete serve de proteção para a cabeça. Refere-se à certeza da salvação que já recebemos em Cristo e a convicção da plena salvação no último dia (1Ts 5.8,9).

3. A imprescindível arma ofensiva. Finalmente, “a espada do Espírito” (6.17), a única arma disponível tanto para a defesa quanto para o ataque. O termo grego para ela é machaira , identificada como espada curta. Isso significa que o combate é pessoal, o enfrentamento é diário e acontece “corpo a corpo”. A espada do Espírito é identificada como sendo a “Palavra de Deus” inspirada e penetrante (2Tm 3.16; Hb 4.12). Ela deve ser usada tanto para resistir às ciladas do Diabo (Mt 4.1-10) quanto para derrubar as fortalezas de Satanás (Mt 10.19,20; 2Co 10.4).

CONCLUSÃO: A vitória da Igreja de Cristo contra as forças do mal é garantida pela sobre-excelente grandeza do poder de Deus (1.19). Os ardis de Satanás não podem ser subestimados, porém, o reino das trevas não deve amedrontar o cristão. A Escritura convoca o salvo a combater e a vencer as potestades do ar, revestido com a armadura de Deus (6.11).